



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

027

RECURSO EM SENTIDO ESTRITO Nº: 0202462-2

COMARCA : Tacaimbó- Vara Única

REQUERENTE : Severino Alves de Moura

REQUERIDO : Ministério Público do Estado de Pernambuco

RELATORA : Des^a. Alderita Ramos de Oliveira

EMENTA:

PROCESSUAL PENAL. RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. HOMICÍDIO QUALIFICADO. PRELIMINAR DE NULIDADE PROCESSUAL. REJEIÇÃO. PREJUÍZO PARA O DIREITO DE DEFESA DO RÉU. INEXISTÊNCIA. IMPRONÚNCIA. LEGÍTIMA DEFESA. INOCORRÊNCIA. REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA. INACOLHIMENTO. RECURSO IMPROVIDO.

I – Não há nulidade na citação por edital, pelo não-esgotamento de todos os meios para efetivação do chamamento pessoal, quando ausente condição mínima para o conhecimento do paradeiro do acusado.

II - Se o Paciente, citado por edital e declarado revel, foi representado por defensor em todos os atos processuais praticados no período em que estava foragido e, após ser capturado, por advogado constituído, não houve cerceamento de defesa.

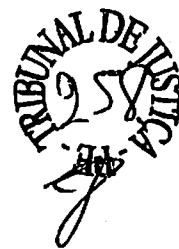
III - A decisão que pronuncia o acusado exige, tão somente, a presença de indícios de autoria, além de prova da materialidade do delito.

IV - Absolvição sumária por legítima defesa somente há de ter lugar quando houver prova unívoca da excludente, a qual não restou comprovada nos autos, pelo menos nesta fase processual.

V - A fuga do Paciente, que permaneceu foragido durante boa parte da instrução criminal, é motivo suficiente para manutenção da sua custódia cautelar.

VI – Preliminar de nulidade processual rejeitada à unanimidade.

VII – Recurso improvido. Decisão unânime.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

028

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de **Recurso em Sentido Estrito nº 0202462-2**, no qual figuram como partes as retronominadas, **ACORDAM** os Desembargadores componentes da **Terceira Câmara Criminal** do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à **unanimidade de votos**, em **rejeitar a preliminar de nulidade processual e, no mérito, negar provimento ao recurso**, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este aresto.

Recife, 03 de fevereiro de 2010.


Des^a. Alderita Ramos de Oliveira
Presidente/Relatora



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

029

RECURSO EM SENTIDO ESTRITO Nº: 0202462-2

COMARCA : Tacaimbó-- Vara Única

REQUERENTE : Severino Alves de Moura

REQUERIDO : Ministério Público do Estado de Pernambuco

RELATORA : Des^a. Alderita Ramos de Oliveira

RELATÓRIO

Severino Alves de Moura foi denunciado pela prática prevista no art. 121, § 2º, inciso II¹, c/c art. 61, II, "e"², e no art. 129, § 1º, inciso I³, c/c art. 61, II, "e", todos do Código Penal (fls. 02/03).

Narra a inicial que o denunciado, fazendo uso de faca-peixeira, desferiu violento golpe na pessoa de seu genitor, **João Batista de Moura**, que faleceu em decorrência da lesão, e feriu, ainda, com a mesma arma, sua irmã **Célia Alves de Moura**, fato ocorrido no dia 12 de agosto de 1989, por volta das 19:00 horas, na fazenda Mandacaru, no município de Tacaimbó/PE.

Concluída a instrução criminal à revelia do acusado, por se encontrar foragido desde o *eventum criminis*, o magistrado a quo pronunciou o denunciado somente pelo delito de homicídio qualificado e

¹ **Art. 121 - Matar alguém:**

Homicídio qualificado

§ 2º - Se o homicídio é cometido: (...)

II - por motivo fútil; (...)

Pena - reclusão, de 12 (doze) a 30 (trinta) anos.

² **Art. 61** - São circunstâncias que sempre agravam a pena, quando não constituem ou qualificam o crime:

II - ter o agente cometido o crime:

e) contra ascendente, descendente, irmão ou cônjuge;

³ **Art. 129.** Ofender a integridade corporal ou a saúde de outrem:

Pena - detenção, de três meses a um ano.

Lesão corporal de natureza grave

§ 1º - Se resulta:

I - Incapacidade para as ocupações habituais, por mais de trinta dias;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

030

reconheceu a existência de prescrição com relação ao crime de lesão corporal, decretando sua prisão preventiva, conforme sentença de fls. 110/116.

Às fls. 143, o Bel. George Bedar informou o paradeiro do acusado, relatando que o mesmo encontra-se preso no Centro de Detenção Provisória (CDP 04-2), localizado na cidade de São Paulo, desde a data de 13.02.2009, não sabendo informar o motivo da prisão.

O magistrado determinou expedição de carta precatória para interrogatório do réu, haja vista não ter sido o mesmo ouvido no curso do processo, por estar foragido, o que foi realizado às fls. 202/204.

Inconformado com a decisão de pronúncia, o acusado interpôs tempestivo recurso apelatório, apresentando suas razões às fls. 220/221, o qual foi recebido como Recurso em Sentido Estrito, em homenagem ao Princípio da Fungibilidade dos Recursos.

Alega, o recorrente, nulidade processual, visto que a instrução se deu sem sua presença e a de seu advogado, em prejuízo ao direito de defesa, constrangimento ilegal por excesso de prazo, haja vista ter sido ouvido somente 08 (oito) anos e 05 (cinco) meses após a sentença de pronúncia e por estar preso desde o dia 13.02.2009, bem como, no mérito, pleiteia sua absolvição por ter agido em legítima defesa.

O representante do Ministério Público apresentou suas contrarrazões, às fls. 225/230, suscitando, em sede de preliminar, a nulidade processual, desde a citação, tendo em vista que o acusado foi de logo citado por edital, sem antes ter esgotado todos os meios para localizá-lo, o que impediu o exercício do direito de defesa do recorrente.

No mérito, pleiteia a manutenção da sentença de pronúncia a fim de submeter o réu a julgamento perante o júri popular.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

031

O juiz de primeiro grau, às fls. 232, decidiu pela manutenção da sentença de pronúncia.

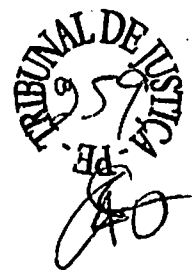
O douto Procurador de Justiça, na pessoa do Dr. Antônio Carlos de Oliveira Cavalcanti, ofereceu parecer (fls. 243/248) opinando, preliminarmente, pela nulidade do processo, desde a citação, e, no mérito, pelo improvimento do recurso, a fim de submeter o acusado a julgamento pelo Conselho de Sentença.

É o relatório.

Inclua-se em pauta.

Recife, 25 de janeiro de 2010.


Des^a. Alderita Ramos de Oliveira – Relatora



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

032

RECURSO EM SENTIDO ESTRITO Nº: 0202462-2

COMARCA : Tacaimbó- Vara Única

REQUERENTE : Severino Alves de Moura

REQUERIDO : Ministério Público do Estado de Pernambuco

RELATORA : Des^a. Alderita Ramos de Oliveira

VOTO - PRELIMINAR DE NULIDADE PROCESSUAL

Sustenta, o acusado, a nulidade processual, desde a citação, haja vista ter sido citado, de pronto, por edital, sem antes ter sido esgotadas todas as diligências possíveis para sua localização, realizando-se instrução sem a sua oitiva, sem a presença de advogado por ele constituído, em afronta ao direito de defesa.

Alega, também, constrangimento ilegal por excesso de prazo, por encontrar-se preso desde 13.02.2009, ultrapassado o prazo máximo de 90 (noventa) dias para a conclusão da instrução processual, pleiteando sua liberdade provisória.

Depreende-se dos autos que o recorrente, após a prática do delito, evadiu-se, do distrito da culpa, não dando conta aos seus familiares e testemunhas de seu paradeiro, não constando no presente feito qualquer notícia de endereço do acusado.

Sabe-se que a citação editalícia é medida excepcional, reservada para hipóteses em que não for possível a intimação pessoal do acusado, caso dos autos, haja vista o réu ter fugido logo após a prática delitiva, permanecendo por vários anos em endereço ignorado pelos próprios familiares, que só veio a ser descoberto quando de sua captura em outra unidade da federação, na cidade de São Paulo, informação esta trazida recentemente pelo advogado constituído pelo réu.

Ora, no presente feito inexiste condição mínima para efetivação da citação pessoal do réu, dado que as testemunhas inquiridas e os próprios parentes do acusado afirmaram desconhecer endereço certo do réu, consoante se vê às fls. 13v, 20, 34 e 47.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

033

Neste sentido é o recente julgado do Superior Tribunal de Justiça, abaixo colacionado:

PENAL. PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. ESTUPRO. NULIDADE DE CITAÇÃO POR EDITAL. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO-EVIDENCIADO. PENA-BASE FIXADA NO MÍNIMO LEGAL. REGIME INICIAL MAIS SEVERO PARA O CUMPRIMENTO DA PENA. SÚMULA 719/STF. ORDEM PARCIALMENTE CONCEDIDA.

1. Não há nulidade na citação por edital pelo não-esgotamento de todos os meios para efetivação do chamamento pessoal, porquanto ausente condição mínima para a efetivação deste, qual seja, o conhecimento do endereço do acusado.

2. (...).

3. (...).

4. Ordem parcialmente concedida para estabelecer o regime inicial semiaberto para o início do cumprimento da pena aplicada ao paciente.

(HC 119.870/MT, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, QUINTA TURMA, julgado em 10/03/2009, DJe 06/04/2009) (negritei).

Ademais, não tendo comparecido o acusado ao interrogatório, após citado por edital, foi nomeado defensor para apresentar defesa prévia, oportunidade na qual enfatizou a impossibilidade de localização do réu, às fls. 54.

Além disso, não houve qualquer afronta ao direito de defesa do réu, que, apesar de foragido, foi devidamente representado por defensor nomeado em todos os atos processuais realizados no período em que estava foragido, inclusive com oportunidade para manifestação, com formulação de perguntas, durante a instrução processual.

Quanto ao argumento de constrangimento ilegal pelo excesso prazal, razão não assiste ao recorrente, haja vista encontrar-se foragido desde a prática delituosa, somente vindo a ser descoberto o



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

034

seu paradeiro quando de sua captura na cidade de São Paulo, em data de 13.02.2009, mais um forte motivo para manutenção de sua custódia cautelar, como bem fundamentou o juiz singular às fls. 164/165.

A propósito, colaciono entendimento jurisprudencial neste sentido, *verbis*:

HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. RÉU. CITAÇÃO EDITALÍCIA. REVELIA. DEFESA EFETIVADA PELA DEFENSORIA PÚBLICA. POSTERIOR PRISÃO. CONSTITUIÇÃO DE ADVOGADO. TESTEMUNHA. OITIVA. AUSÊNCIA DE DEFESA. NULIDADE QUE NÃO SE COMUNICA. PRISÃO PREVENTIVA. RÉU FORAGIDO DURANTE A INSTRUÇÃO CRIMINAL. FUNDAMENTO SUFICIENTE.

1. Se o Paciente, citado por edital e declarado revel, foi representado pela Defensoria Pública em todos os atos processuais praticados no período em que estava foragido e, após ser capturado, por advogado constituído, não houve cerceamento de defesa.

2. A nulidade reconhecida em favor de corréu, decorrente da ausência de advogado quando da oitiva de testemunha, não se estende ao Paciente, uma vez que, quando da colheita do referido depoimento, estava ele regularmente representado pela Defensoria Pública.

3. A fuga do Paciente, que permaneceu foragido durante boa parte da instrução criminal, é motivo suficiente para manutenção da sua custódia cautelar.

4. Ordem denegada. (HC 91.870/RJ, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 01/10/2009, DJe 26/10/2009). (negritei).

Vê-se, pois, que não há que se falar em nulidade processual pela citação editalícia do acusado, haja vista inexistir possibilidade de esgotamento dos meios para sua localização, não havendo prejuízo para o acusado que foi devidamente representado por defensor ao longo da instrução criminal, sendo acertada a decisão judicial que manteve a custódia cautelar do recorrente.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

035

Ante o expendido, rejeito a preliminar suscitada.

Recife, 03 de *fevereiro* de 2010.

Alderita Ramos de Oliveira
Des^a. Alderita Ramos de Oliveira – Relatora



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

036

RECURSO EM SENTIDO ESTRITO Nº: 0202462-2

COMARCA : Tacaimbó- Vara Única

REQUERENTE : Severino Alves de Moura

REQUERIDO : Ministério Público do Estado de Pernambuco

RELATORA : Des^a. Alderita Ramos de Oliveira

VOTO – MÉRITO

O recorrente alega que agiu amparado pela legítima defesa, pleiteando, desse modo, a reforma da sentença para impronunciá-lo, colocando-o em liberdade, ou, alternativamente, caso mantida a sentença de pronúncia, requer sua transferência do Centro de Detenção Provisória (CDP 04-2), da cidade de São Paulo, para unidade prisional da comarca de Tacaimbó/PE, na qual aguardará o seu julgamento perante o júri popular.

A materialidade encontra-se demonstrada pelo Auto de Exame Cadavérico (fls. 27) e do Auto de Lesão Corporal (fls. 44), bem como através da prova testemunhal colhida nos presentes autos.

Os indícios de autoria, por sua vez, restaram demonstrados nos depoimentos das testemunhas ouvidas no decorrer do sumário de culpa, conforme adiante transcritos:

A testemunha **Célia Alves de Moura**, vítima das lesões corporais proferidas pelo acusado, em sede de inquérito policial, afirma às fls. 20:

"(...) que no dia 12 de agosto do ano em curso, a depoente saiu desta cidade e foi visitar seu genitor na fazenda já aludida e por volta das 19h chegou naquela residência e encontrou seu genitor João Batista de Moura e seu irmão Severino Alves de Moura, ambos embriagados; que, afirma a depoente, naquele momento, seu irmão Severino Alves de Moura, conhecido pela alcunha de "Biu", começou uma discussão com sua companheira conhecida por Maria do Carmo, momentos em



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

037

que a declarante e seu genitor entraram na confusão para tentar acalmar seu irmão, o acusado Severino Alves de Moura, então, nessa hora, seu genitor e seu irmão Severino, entraram em lutas corporais, ambos armados de faca peixeira e nessa luta, seu genitor foi assassinado a golpe de faca peixeira praticado pelo irmão da declarante Severino Alves de Moura, enquanto nessa confusão a declarante saiu também ferida (...)" (destaquei).

Severino Honório da Silva, em seu depoimento perante a autoridade policial, declarou às fls. 34:

"(...) que o senhor João Nestor da Silva informou que na Fazenda Mandacaru, localizada neste Município, por volta das 19:00, daquele mesmo dia, havia ocorrido uma briga, envolvendo as pessoas referidas na ocorrência lavrada em livro próprio desta DEPOL, sendo que saiu lesionada a pessoa de João Batista de Moura a golpes de faca peixeira e sua filha Célia Alves de Moura; que o depoente esteve no local do fato, constatando a veracidade do mesmo, como sendo o autor das lesões supracitadas a pessoa de Severino Alves de Moura, irmão de uma das vítimas e filho da outra, respectivamente (...)"

Não há qualquer ilegalidade na decisão monocrática de pronúncia, a qual expôs, nos exatos termos da lei, um mero juízo de admissibilidade da acusação, assim como determina o Código de Processo Penal, em seu art. 413⁴, bastando o juiz se convencer da existência do crime e de indícios de que o réu seja o seu autor, apresentando as razões do seu convencimento para fundamentar a

⁴ **Art. 413.** O juiz, fundamentadamente, pronunciará o acusado, se convencido da materialidade do fato e da existência de indícios suficientes de autoria ou de participação.

§ 1º A fundamentação da pronúncia limitar-se-á à indicação da materialidade do fato e da existência de indícios suficientes de autoria ou de participação, devendo o juiz declarar o dispositivo legal em que julgar incurso o acusado e especificar as circunstâncias qualificadoras e as causas de aumento de pena.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

038

decisão, podendo os indícios de autoria derivarem de provas colhidas em sede de inquérito policial.

A propósito, trago à baila julgado do STJ, in verbis:

"PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. ART. 121, § 2º, INCISO IV, C/C ART. 14, INCISO II, AMBOS DO CÓDIGO PENAL. PRONÚNCIA. PROVAS. IN DUBIO PRO SOCIETATE. QUALIFICADORA. MANUTENÇÃO.

I - Em se tratando de crime afeto à competência do Tribunal do Júri, o julgamento pelo Tribunal Popular só pode deixar de ocorrer, provada a materialidade do delito, caso se verifique ser despropositada a acusação, porquanto aqui vigora o princípio in dubio pro societate.

II - Diferente do que ocorre em relação à sentença condenatória, a decisão que pronuncia o acusado exige, tão somente, a presença de indícios de autoria, além de prova da materialidade do delito. Indícios estes que, por sinal, podem derivar de provas colhidas durante o inquérito policial. (Precedente do STF).

III - [...] Writ denegado. Liminar cassada." (REsp 53888/PR, 5.ª Turma, Rel. Min. FELIX FISCHER, DJ de 21/05/2007.) (destaquei).

Ademais, a tese de que o recorrente agiu amparado pela excludente da legítima defesa não restou, pelo menos nesta fase, comprovada nos autos, haja vista que, pelo depoimento da testemunha Célia Alves de Moura, ocorreu luta corporal entre o acusado e a vítima fatal, ocasião em que o réu sacou de sua faca peixeira e atingiu fatalmente a vítima **João Batista de Moura**, não mencionando em nenhum momento que ambos sacaram de suas facas e se agrediram fisicamente com as mesmas, não havendo, inclusive, exame de lesão corporal realizado no acusado, até mesmo porque o mesmo se evadiu após o evento delituoso.

Nesse sentido, colaciono entendimentos do STJ, in verbis:

PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO SIMPLES. PRONÚNCIA. PROVAS. IN DUBIO PRO



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

039

SOCIETATE. FUNDAMENTAÇÃO ADEQUADA. LEGÍTIMA DEFESA NÃO CONFIGURADA DE PLANO. REJEIÇÃO DA TESE.

I - Em se tratando de crime afeto à competência do Tribunal do Júri, o julgamento pelo Tribunal Popular só pode deixar de ocorrer, provada a materialidade do delito, caso se verifique ser despropositada a acusação, porquanto aqui vigora o princípio in dubio pro societate.

II - Absolvição sumária por legítima defesa, na firme compreensão da jurisprudência e doutrina pátrias, somente há de ter lugar, quando houver prova unívoca da excludente, a demonstrá-la de forma peremptória (Código de Processo Penal, artigo 411)." (HC 25858/RS, 6ª Turma, Rel. Min. Hamilton Carvalhido, DJ de 01/08/2005).

III - Irreparável, na hipótese, o decisum combatido, eis que não ultrapassou os limites impostos a este tipo de provimento jurisdicional de modo a caracterizar o vício da eloquência acusatória, e, por outra senda, não desatendeu aos comandos insertos nos arts. 408 do CPP e 93, IX da Constituição Federal, apresentando-se suficientemente fundamentado.

Ordem denegada. (HC 99.194/PE, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 17/06/2008, DJe 18/08/2008). (destaquei).

Ante o expendido, e em consonância com o parecer da d. Procuradoria de Justiça, **nego provimento ao recurso**, mantendo a sentença de pronúncia em todos os seus termos, bem como a custódia cautelar do acusado, haja vista existirem motivos suficientes para manutenção de sua prisão, como bem fundamentou o juiz singular às fls. 185/191.

Recife, 03 de fevereiro de 2010.


Desª. Alderita Ramos de Oliveira - Relatora